

Disciplina: Constitucionalismo e Direito Internacional dos Direitos Humanos; Direitos Humanos, Desafios e Transformações Globais

Área de Concentração: Constitucionalismo e Democracia

Linha de Pesquisa 2: Relações Sociais e Democracia

Créditos: 3

Professora: Estela Cristina Vieira de Siqueira

Apresentação:

A disciplina se propõe a abordar de forma aprofundada a interação entre o constitucionalismo contemporâneo e o Direito Internacional dos Direitos Humanos (DIDH), destacando as relações entre sistemas jurídicos nacionais e internacionais na proteção e promoção de direitos fundamentais. Partindo de uma perspectiva interdisciplinar, analisa os fundamentos teóricos e históricos do DIDH, bem como sua evolução prática no contexto global, regional e nacional.

Além de explorar os mecanismos de controle de convencionalidade e a incorporação de normas internacionais nos ordenamentos constitucionais, a disciplina aborda a tensão entre soberania estatal e as obrigações internacionais, enfatizando como os princípios do DIDH impactam e transformam a prática jurídica nos Estados democráticos.

A influência da globalização e do pluralismo jurídico é discutida à luz das transformações sociais contemporâneas, como as crises humanitárias, migração e refúgio, o avanço das tecnologias digitais, a proteção ambiental, as desigualdades sociais, raciais e de gênero, e o surgimento de novos sujeitos de direitos.

A disciplina também investiga o papel dos sistemas regionais de proteção, como o Sistema ONU e o Sistema Interamericano de Direitos Humanos, na consolidação do Estado Democrático de Direito, com atenção especial à jurisprudência internacional e seu impacto nos tribunais constitucionais e na formulação de políticas públicas.

Por fim, a disciplina estimula a reflexão crítica sobre os desafios e limites da proteção dos direitos humanos em um mundo globalizado e interdependente, demonstrando o quanto DIDH é um campo dinâmico, em constante diálogo com o constitucionalismo e a democracia.

Ementa:

Interação entre constitucionalismo e DIDH; direitos fundamentais; controle de convencionalidade; globalização; pluralismo jurídico; migração; refúgio; organismos internacionais; Estado Democrático de Direito; inclusão; interseccionalidade; transformação social; justiça; igualdade; jurisprudência internacional; tratados de direitos humanos; sistemas regionais de direitos humanos; direito ambiental; novos sujeitos de direitos.

Objetivo Geral:

Proporcionar aos alunos uma compreensão crítica e interdisciplinar sobre a interação entre o constitucionalismo contemporâneo e o Direito Internacional dos Direitos Humanos (DIDH), destacando seus fundamentos teóricos e práticos, bem como os desafios contemporâneos para a proteção e promoção de direitos fundamentais em um mundo globalizado e interdependente.

Objetivos Específicos:

1. Analisar os fundamentos históricos, teóricos e normativos do constitucionalismo e do DIDH.
2. Investigar o impacto dos tratados e convenções internacionais de direitos humanos nos ordenamentos constitucionais.
3. Examinar o controle de convencionalidade como ferramenta de diálogo entre sistemas jurídicos nacionais e internacionais.
4. Discutir o papel dos sistemas regionais e organismos internacionais na proteção de direitos fundamentais e na consolidação do Estado Democrático de Direito.
5. Avaliar os desafios contemporâneos relacionados à globalização, migração, refúgio, proteção ambiental e desigualdades estruturais.
6. Promover a reflexão crítica sobre o pluralismo jurídico e o surgimento de novos sujeitos de direitos.
7. Estimular a análise de casos paradigmáticos para compreender os avanços e limites da interação entre o constitucionalismo e o DIDH.

Metodologia: A disciplina se desenvolverá por meio de aulas expositivas dialogadas, que promovem a discussão teórica e a análise de conceitos fundamentais do constitucionalismo e do DIDH. Além disso, serão realizados estudos de caso com análise de jurisprudências relevantes de tribunais internacionais e constitucionais. Seminários temáticos possibilitarão a apresentação e o debate de temas contemporâneos relacionados à disciplina, enquanto leituras críticas incentivarão a reflexão sobre textos acadêmicos e normativos indicados na bibliografia. Por fim, a produção acadêmica será estimulada por meio da elaboração de um artigo científico como resultado da disciplina, para propor soluções para desafios práticos no campo do DIDH e do constitucionalismo.

Avaliação:

O sistema de avaliação da disciplina será composto por dois instrumentos principais, ambos com igual peso na nota final. O primeiro instrumento consiste na apresentação de seminários temáticos, que valerá até 5 pontos. Os alunos deverão apresentar de forma clara e consistente as temáticas indicadas, demonstrando domínio e abrangência do conteúdo, capacidade de articulação teórica e prática, e habilidade em ilustrar as problemáticas teóricas com exemplos ou casos práticos relevantes.

O segundo instrumento de avaliação será a entrega de um paper acadêmico (que deverá ser encaminhado para ppgd@fdsm.edu.br), também valendo até 5 pontos. Este trabalho deverá abordar uma das temáticas indicadas na disciplina, observando os critérios geralmente exigidos por revistas jurídicas qualificadas.

A avaliação do artigo considerará requisitos formais (normas da ABNT, estrutura e coesão textual), relevância científica, atualidade do tema, profundidade da análise, adequação da bibliografia e pertinência à disciplina, à linha de pesquisa e à área de concentração do PPGD/FDSM.

Cronograma:

Data	Conteúdo	Alunos Responsáveis
	Soberania, Direitos Fundamentais e Tratados Internacionais de Direitos Humanos Sistemas Regionais de Direitos Humanos: Sistema ONU e Sistema Interamericano	
	Controle de Convencionalidade e Sistema Interamericano de Direitos Humanos	
	Desafios da Mobilidade Humana: Migração, Deslocamento Forçado, Refúgio e Direitos Humanos	
	(De)colonialismo e a Colonialidade do Poder	
	Interseccionalidade e Desigualdades Estruturais	
	Direitos Humanos e Tecnologias Digitais	
	Justiça Climática e Direitos Humanos	
	Desafios democráticos e direitos humanos	

Conteúdo Programático:

Aula 1: Fundamentos do Direito Internacional dos Direitos Humanos (DIDH)

Descrição: Introdução ao DIDH, abordando suas origens históricas, evolução teórica e interação no fortalecimento do Estado Democrático de Direito.

Bibliografia Indicada:

BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

HUNT, Lynn. A Invenção dos Direitos Humanos: uma história. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ALMEIDA, Guilherme Assis. A proteção da pessoa humana no direito internacional: Conflitos armados, refugiados e discriminação racial. São Paulo: Editora CLA, 2018.

ESCRIVÃO FILHO, Antonio. Para um debate teórico-conceitual e político sobre direitos humanos. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2016.

VIEIRA DE MELLO, Sergio. História Filosófica e História Real: Atualidade do Pensamento Político de Kant. In: MARCOVITCH, Jacques (Org). Sérgio Vieira de Mello: Pensamento e Memória. São Paulo: Editora Saraiva, 2004. p.35.60.

Aula 2: Soberania, Direitos Fundamentais e Tratados Internacionais de Direitos Humanos

Descrição: Exploração da incorporação e hierarquia de tratados internacionais de direitos humanos nos ordenamentos constitucionais e seu papel na proteção de direitos fundamentais. A aula abordará o papel dos direitos fundamentais no contexto de um constitucionalismo aberto ao diálogo com normas internacionais e os desafios que surgem dessa relação, considerando as tensões entre soberania nacional e obrigações internacionais.

Bibliografia Indicada:

NEUENSCHWANDER MAGALHÃES, Juliana. Formação do Conceito de Soberania: história de um paradoxo. São Paulo: Saraiva, 2016.

NEVES, Marcelo. Transconstitucionalismo. São Paulo, Martins Fontes, 2012.

DELMAS-MARTY, Mireille. Trois défis pour un droit mondial. Paris: Editions du Seuil, 1998.

DELMAS-MARTY, Mireille. Pour un droit commun. Paris: Editions du Seuil, 1994.

BARROSO, Luís Roberto. Constituição e tratados internacionais: alguns aspectos da relação entre direito internacional e direito interno. In: MENEZES DIREITO, Carlos Alberto; CANÇADO

TRINDADE, Antonio Augusto & PEREIRA, Antonio Celso Alves. Novas perspectivas do direito internacional contemporâneo: estudos em homenagem ao Professor Celso D. de Albuquerque Mello. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

Aula 3: Sistemas Regionais de Direitos Humanos: Sistema ONU e Sistema Interamericano

Descrição: Análise das estruturas e funções dos sistemas regionais de proteção de direitos humanos, com ênfase na atuação da ONU e da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Serão explorados os principais instrumentos, como a Convenção Americana de Direitos Humanos, e os desafios de sua implementação nos Estados membros.

CASSESE, Sabino. When legal orders collide: the role of courts. Sevilha: Editorial Derecho Global, 2010.

CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. El Ejercicio de la función judicial internacional: memorias de la Corte Interamericana de Derechos Humanos. Belo Horizonte: Del Rey, 2013.

PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos e Justiça Internacional: um estudo comparativo dos sistemas regionais europeu, interamericano e africano. São Paulo: Saraiva, 2017.

NEPEDI-UERJ. Mapa Institucional: Sistemas Regionais de Proteção de Direitos Humano (Relatório de Pesquisa do Eixo de Direito Internacional e Direitos Humanos do NEPEDI UERJ)./ NEPEDI-UERJ. – Rio de Janeiro, 2023.

Aula 4: Controle de Convencionalidade e Sistema Interamericano de Direitos Humanos

Descrição: Discussão sobre o controle de convencionalidade como instrumento de diálogo entre normas nacionais e internacionais, incluindo estudos de casos paradigmáticos.

Bibliografia Indicada:

SIDDHARTA, Legale. A Corte Interamericana de Direitos Humanos como Tribunal Constitucional: Exposição e análise crítica dos principais casos. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020.

CASSESE, Sabino. When legal orders collide: the role of courts. Sevilha: Editorial Derecho Global, 2010.

CARVALHO RAMOS, André. Crimes da ditadura militar: a ADPF 153 e a Corte Interamericana de Direitos Humanos. In: GOMES, Luiz Flávio; MAZZUOLI, Valério de Oliveira (org.). Crimes da Ditadura Militar. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011, p. 174-225.

Supremo Tribunal Federal brasileiro e o controle de convencionalidade: levando a sério os tratados de direitos humanos. Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo. v.104. p.241-86. jan./dez. 2009.

Aula 5: Desafios da Mobilidade Humana: Migração, Deslocamento Forçado, Refúgio e Direitos Humanos

Descrição: Estudo dos desafios contemporâneos relacionados à migração e ao refúgio, com ênfase no DIDH e no Sistema Interamericano de Direitos Humanos.

Bibliografia Indicada:

WITHOL DE WENDEN, Catherine. La question migratoire au XXI^e siècle: migrants, réfugiés et relations Internationales. Paris: Presses de Sciences Po, 2010.

DERRIDA, Jacques. Le monolinguisme de l'autre, ou, La prothèse d'origine. Paris: Editions Galilée, 1996.

BUTLER, Judith. Frames of War: When is life grievable? New York: Verso Books, 2009.

MACÉ, Marielle. Siderér, considérer: migrants en France. Paris: Editions Verdier, 2017.

AUGÉ, Marc. Non-Lieux: Introduction à une anthropologie de la surmodernité. Paris: Editions du Seuil, 1992.

SASSEN, Saskia. Expulsions: Brutality and Complexity in the Global Economy. Cambridge: Belknap Press/Harvard University Press, 2014.

SASSEN, Saskia. Guests and Aliens. Nova York: New Press, 1999.

VIEIRA, Estela. A Singularidade da Criança Refugiada e o Princípio do Melhor Interesse da Criança: a importância do direito de ser ouvida frente às formas específicas de perseguição às crianças. São Paulo: Editora Dialética, 2024.

LOESCHER, Gil. Refugees. Oxford: Oxford University Press, 2021.

SAID, Edward. Orientalism. New York: Pantheon Books, 1978.

DERRIDA, Jacques. De L'hospitalité - Anne Dufourmantelle Invite Jacques Derrida À Répondre. Paris: Calmann-Levy Editions, 1997.

FISCHEL DE ANDRADE, José Henrique. O Direito Internacional dos Refugiados em Perspectiva Histórica. In: AMARAL JUNIOR, Alberto do; PERRONE-MOISÉS, Cláudia. O Cinquentenário da Declaração Universal dos Direitos do Homem. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

JUBILUT, Liliana Lyra. O direito internacional dos refugiados e sua aplicação no ordenamento jurídico brasileiro. São Paulo: Método, 2007.

Aula 6: (De)colonialismo e a Colonialidade do Poder

Descrição: Exploração das heranças do colonialismo na configuração do poder global, analisando como as estruturas coloniais se perpetuam através da colonialidade do poder. A aula abordará a forma como o eurocentrismo influencia as dinâmicas econômicas, políticas e culturais contemporâneas, além de discutir como essas estruturas afetam as relações internacionais e as interações sociais.

Bibliografia Indicada:

MIGNOLO, Walter D.; WALSH, Catherine E. On Decoloniality: Concepts, Analytics, Praxis. Durham: Duke University Press, 2018.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. In: A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas Latino-Americanas, 2005, p. 227–278.

ANDERSON, Benedict. Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism. New York: Verso Books, 2016.

Aula 7: Interseccionalidade e Desigualdades Estruturais

Descrição: Análise das desigualdades estruturais mantidas pelo legado colonial, com foco nas interseções entre raça, gênero e classe. A aula utilizará perspectivas feministas e interseccionais para explorar como essas desigualdades afetam diferentes grupos sociais e discutir os instrumentos jurídicos e sociais necessários para enfrentá-las.

Bibliografia Indicada:

CRENSHAW, Kimberlé. On Intersectionality: Essential Writings. New York: The New Press, 2019.

COLLINS, Patricia Hill. Black Feminist Thought. Abingdon: Routledge, 2008.

MOREIRA, Adilson José. Tratado de Direito Antidiscriminatório. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

BUTLER, Judith. Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity. Abingdon: Routledge, 1990.

Aula 8: Direitos Humanos e Tecnologias Digitais

Descrição: Discussão sobre o impacto das tecnologias digitais na proteção de direitos humanos, abordando questões como privacidade, liberdade de expressão, vigilância em massa e os desafios éticos no uso de inteligência artificial. O papel do Direito Internacional dos Direitos Humanos na regulamentação dessas tecnologias será explorado.

Bibliografia Indicada:

ZUBOFF, Shoshana. The age of surveillance capitalism: the fight for a human future at the new frontier of power: New York: Public Affairs, 2019.

O'NEIL, Cathy. Weapons of Math Destruction: How Big Data Increases Inequality and Threatens Democracy. New York: Crown Publishing, 2016.

BOSTROM, Nick. Superintelligence: Paths, Dangers, Strategies. Oxford: Oxford University Press, 2014.

PIAIA, Thami Covatti; COSTA, Bárbara Silva; WILLERS, Miriane Maria. Quarta revolução industrial e a proteção do indivíduo na sociedade digital: desafios para o direito. Revista Paradigma, v. 28, n. 1, p. 122-140, 2019.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Edusp, 2003.

Aula 9: Justiça Climática e Direitos Humanos

Descrição: Conceito de justiça climática como parte do DIDH, com destaque para o direito ao meio ambiente como direito humano fundamental. Serão analisados casos paradigmáticos e o papel das instituições internacionais na proteção ambiental.

MURILLO, Luis Gilberto; LALINDE, Marcela Angel. Equidade ambiental e justiça racial: Soluções Climáticas Naturais na Amazônia e o Cinturão Natural Negro/Afrodescendente das Américas. SUR 31, 2023. Disponível em: <https://sur.conectas.org/equidade-ambiental-e-justica-racial/>. Acesso em: 12 jan. 2025.

CORTE IDH. Corte Interamericana de Derechos Humanos. Caso povos Kaliña e Lokono vs. Suriname. Sentença de 25 de novembro de 2015. Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_309_esp.pdf. Acesso em: 12 jan. 2025.

CORTE IDH. Corte Interamericana de Derechos Humanos. Opinião Consultiva OC-23/17 de 15 de novembro de 2017. Solicitada pela República de Colômbia. Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/docs/opiniones/seriea_23_ing.pdf. Acesso em: 12 jan. 2025.

CORTE IDH. Corte Interamericana de Derechos Humanos. Caso Lhaka Honhat vs. Argentina. Sentença de 6 de fevereiro de 2020. Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_400_ing.pdf. Acesso em: 12 jan. 2025.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. La Pachamama y el humano. Buenos Aires: Ediciones Madres de Plaza de Mayo, 2011.

BECK, Ulrich. Risk Society: Towards a New Modernity. New York: SAGE Publications Ltd., 1992.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE (CEPAL). Cambio climático y derechos humanos: contribuciones desde y para América Latina y el Caribe. Santiago, Chile, 2019. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/44970#:~:text=Con%20esta%20publicaci%C3%B3n%20conjunta%2C%20la%20Comisi%C3%B3n%20Econ%C3%B3mica%20para,derechos%20humanos%20realizadas%20desde%20y%20para%20la%20regi%C3%B3n>. Acesso em: 12 jan. 2025.

Aula 10: Desafios democráticos e direitos humanos

Descrição: A disciplina explora os desafios enfrentados pelas democracias contemporâneas em contextos de transformações sociais, econômicas, tecnológicas e políticas. São analisados fatores que ameaçam a estabilidade democrática, como desigualdades estruturais, polarização política, desinformação, autoritarismo emergente e crises institucionais.

NORRIS, Pippa. Cultural Backlash: Trump, Brexit, and Authoritarian Populism. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

LOPES, Eduardo Lasmar Prado. Regulação é Censura? igual liberdade de expressão e democracia na Constituição de 1988. Revista Dados v. 66, n.3, ano. 2023.

BOBBIO, Norberto. Igualdade e Liberdade. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

BOBBIO, Norberto. O Futuro da Democracia: uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2018.

Aula 11: discussão sobre o artigo a ser entregue.